



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM RELAÇÕES SOCIAIS E NOVOS DIREITOS

TATIANE RIBAS PINTO

**LIMITES IMPOSTOS PELA BIOÉTICA E PELO DIREITO
BRASILEIRO À MANIPULAÇÃO GENÉTICA NA
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA**

Salvador
2011



TATIANE RIBAS PINTO

**LIMITES IMPOSTOS PELA BIOÉTICA E PELO DIREITO
BRASILEIRO À MANIPULAÇÃO GENÉTICA NA
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mônica Neves Aguiar da Silva.



Salvador
2011

TATIANE RIBAS PINTO

**LIMITES IMPOSTOS PELA BIOÉTICA E PELO DIREITO
BRASILEIRO À MANIPULAÇÃO GENÉTICA NA
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Profª Drª Mônica Neves Aguiar da Silva
Universidade Federal da Bahia

Profª Drª Maria Auxiliadora Minahim
Universidade Federal da Bahia

Profª Drª. Valéria Silva Galdino Cardin
Centro Universitário de Maringá



Salvador, 13 de maio de 2011.



Aos meus pais, Eduardo e Lourdes, por terem me ensinado a acreditar na força do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Mônica Aguiar, por sua orientação precisa e pela disponibilidade que sempre manifestou para guiar-me na minha iniciação acadêmica na apaixonante Bioética e na elaboração desta dissertação.

À Professora Doutora Maria Auxiliadora Minahim, por ter me aceitado como sua tirocinista, possibilitando-me a preciosa experiência de aprender, na prática da sala de aula, o que é ser um verdadeiro Mestre, além de sua importantíssima colaboração para a conclusão deste trabalho.

Ao meu amor e grande incentivador, Elmano Portugal Neto, por seu apoio incondicional, que muito contribuiu para abrandar os obstáculos do cotidiano a esta empreita.

Ao meu irmão Eduardo, que, mesmo à distância, diversas vezes estimulou-me a persistir.

À amiga de todas as horas, Milena Vinhas, que sempre viu em mim qualidades das quais, eu mesma, muitas vezes duvidei.

Aos meus sogros, Sr. Noel e Dona Rosa, por terem sempre dedicado a mim o amor e o apoio de verdadeiros pais, perdando inclusive as minhas ausências, devidas às atividades discentes.

À Fernanda Gonçalves Guimarães, sócia, colega, amiga, por sua inestimável dedicação profissional e sua generosidade ao impedir que os compromissos profissionais da advocacia criassem embaraços à conclusão deste Mestrado.

Aos colegas do Mestrado, e, entre eles, àqueles que se tornaram amigos, por terem compartilhado comigo as angústias que nos atormentaram ao longo do curso e, principalmente, na realização do trabalho final.

Ao amigo Ruy Leal Júnior, por ter me incentivado a trilhar os caminhos da Bioética, a mim antes desconhecidos.

Ao querido ex-aluno Jolival Soares, pela generosidade de emprestar-me seus livros sem prazo para devolução, os quais serviram como inestimável fonte de várias das citações que compõem este trabalho.



RESUMO

O presente trabalho aborda a questão da preocupação surgida em torno da manipulação do genoma humano, especialmente no que tange às práticas de engenharia genética na reprodução assistida, e decorrente necessidade de proteção do patrimônio genético humano para as futuras gerações. Nesse sentido, analisa-se a evolução do conhecimento científico até as biotecnologias de modificação genética, atentando-se para o afastamento entre a ciência e a ética, por conta do paradigma dominante, e a busca bioética por sua reaproximação. Avalia-se, ademais, a função dos princípios para servirem de guias ao agir humano em face das novas possibilidades de sua intervenção, que não o mais está adstrita à natureza, alcançando o próprio homem. Discorre-se sobre a importância das declarações e documentos internacionais e também acerca da indispensabilidade do Direito, enquanto ferramenta apta a regular as pesquisas e as aplicações biotecnológicas, principalmente quando voltadas para o ser humano. A questão do tratamento jurídico pelo ordenamento brasileiro é abordada para se demonstrar o vácuo legislativo acerca das práticas de reprodução humana assistida e as possíveis decorrências dessa omissão, bem como as limitações legais em torno das possibilidades de engenharia genética sobre a constituição genotípica do ser gerado mediante essas técnicas. Todo o trabalho tem como norte os princípios da dignidade da pessoa humana, da sua vulnerabilidade enquanto condição e a ética da responsabilidade, com vistas para a proteção do direito fundamental ao patrimônio genético humano, cujo titular é a Humanidade presente e futura.

Palavras chave: Engenharia genética. Reprodução assistida. Patrimônio genético. Gerações futuras. Dignidade humana. Vulnerabilidade . Responsabilidade. Direitos fundamentais. Limites bioético-jurídicos.



ABSTRACT

This paper addresses the concern had been raised around the handling of the human genome, especially in regard to the practices of genetic engineering in assisted reproduction, and resulting need for protection of human genetic heritage for future generations. Accordingly, we analyze the evolution of scientific knowledge to the genetic modification of biotechnology, with special attention to the gap between science and ethics, due to the dominant paradigm, bioethics and the search for its revival. It is estimated, moreover, the function of principles as guides to human action in the face of new possibilities of intervention, which no longer is bound to nature, reaching the man himself. The article speaks to the importance of international declarations and documents and also about the indispensability of law as a tool able to regulate the research and biotechnology applications, especially when facing the human being. The question of the legal treatment by the Brazilian legal system is discussed to demonstrate the legislative vacuum concerning the practices of assisted human reproduction and the possible consequences of this omission, as well as legal limitations on the possibilities of genetic engineering on the constitution be generated by the genotypic these techniques. All work is to the north of the principles of human dignity, as a condition of their vulnerability and the ethics of responsibility, in order to protect the fundamental right to human genetic resources, headed by present and future humanity.

Keywords: Genetic engineering. Assisted reproduction. Genetic heritage. Future generations. Human dignity. Vulnerability. Responsibility. Fundamental rights. Bioethical and legal limits.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E AS NOVAS BIOTECNOLOGIAS APLICÁVEIS AO SER HUMANO	13
1.1 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DE BASE ILUMINISTA	13
1.2 CIÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE	17
1.3 BIOTECNOLOGIA, REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E MANIPULAÇÃO GENÉTICA: O SER HUMANO COMO OBJETO DA TÉCNICA	19
1.3.1 Técnicas de reprodução humana assistida	20
1.3.2 Genética e genoma humano	22
1.3.3 Manipulação genética e engenharia genética	28
1.3.4 Possibilidades de engenharia sobre o genoma humano	30
1.3.4.1 Terapia gênica em células somáticas	30
1.3.4.2 Terapia gênica em células germinais	32
1.3.4.3 Engenharia voltada para melhoria de fenótipo	33
1.3.4.4 Terapia gênica eugênica	34
1.3.5 Reprodução assistida e engenharia genética	36
1.3.6 Clonagem reprodutiva	38
2 BIOÉTICA E A FUNÇÃO LIMITADORA DE ALGUNS DE SEUS PRINCÍPIOS EM RELAÇÃO À REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA COM FINS DE MANIPULAÇÃO GENÉTICA	43
2.1 DESENVOLVIMENTO DA BIOÉTICA	44
2.2 PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA E SUAS FUNÇÕES	54
2.2.1 Dignidade da pessoa humana	57
2.2.2 Respeito à vulnerabilidade	65
2.2.3 Princípio da responsabilidade	69
3 DIREITO À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO HUMANO COMO DIREITO FUNDAMENTAL	80
3.1 DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	81
3.2 HISTORICIDADE E RELATIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	84
3.3 DIVERSAS TENTATIVAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO DA HUMANIDADE NO ÂMBITO INTERNACIONAL	86
3.4 DIREITO FUNDAMENTAL À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO HUMANO E A QUESTÃO DA EFICÁCIA	95
4 TUTELA JURÍDICA DO PATRIMÔNIO GENÉTICO HUMANO NO DIREITO BRASILEIRO	107
4.1 DIREITO À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO HUMANO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	112
4.2 REPRODUÇÃO ASSISTIDA NO BRASIL E A OMISSÃO LEGISLATIVA	113
4.3 LIMITES JURÍDICOS INTERNOS À ENGENHARIA GENÉTICA APLICADA À REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E OUTRAS REGULAMENTAÇÕES PERTINENTES	116
4.4 BIOTECNOLOGIA: UM NOVO BEM DE CONSUMO?	122



CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS	136
ANEXO	143

